



## **Decisão 02662/2022-3 - 1ª Câmara**

**Processo:** 01677/2019-3

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Reserva

**UG:** IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

**Relator:** Márcia Jaccoud Freitas

**Interessado:** CARLOS ROGERIO NASCIMENTO GONCALVES

**Responsável:** JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL

**ATOS SUJEITOS A REGISTRO – RESERVA  
REMUNERADA – REGISTRO – RECOMENDAÇÃO -  
DETERMINAÇÃO – ARQUIVAMENTO.**

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão da reserva remunerada, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

**A RELATORA EXMA. SRA. CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD  
FREITAS:**

Tratam os presentes autos de **TRANSFERÊNCIA “EX-OFFICIO” PARA RESERVA  
REMUNERADA** do CAPITÃO PM **CARLOS ROGERIO NASCIMENTO  
GONCALVES**, por meio da **PORTARIA N.º155/2019**, que concede o benefício ao

militar em tela a partir de **16/06/2017**, com base no **art.16 e haver incidido no art.17,§7º, c/c o art. 25, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 420/2007, alterada pelas Leis Complementares nº 745/2013 e 747/2013.**

O tempo de serviço considerado para fins de transferência totaliza 31 anos, 04 meses e 03 dias. Os proventos foram fixados no valor de **R\$ 11.207,96**.

Em resposta à **ITP nº 00725/2021-3**, a Origem esclareceu à fl. 17, evento 11, que na publicação do ato de concessão à fl. 82, evento 3, Portaria IPAJM n. 155/2019, o nome do beneficiário está registrado corretamente. Entende-se, portanto, que a diligência foi cumprida.

Por meio da **Instrução Técnica Conclusiva n.º 02439/2022-9**, a área técnica sugere o registro.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer nº 03006/2022-5**, de lavra do Procurador Luciano Vieira, manifestou-se pelo registro, com a expedição de recomendações, conforme segue:

#### [...]1 – MÉRITO

*A priori*, ressalta-se que o militar foi incorporado às fileiras da corporação em 14/03/1988 (fls. 7 e 36, evento 2), não constando dos autos informação sobre sua submissão a concurso público, nem da decisão deste Tribunal de Contas que autorizou o registro do ato de investidura.

Ressalta-se que em relação aos militares a obrigatoriedade de autorização para registro do ato de admissão somente veio a ser afirmada por este egrégio Tribunal de Contas na Decisão 02537/2019-2, prolatada nos autos do processo 01495/2016-1, que recomendou ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo a observância das **“disposições da IN TC 38/2016**, e suas alterações, às quais são dotadas de força cogente, especialmente no que diz respeito aos concursos públicos

cujos editais foram publicados antes de 31 de março de 2017, bem como àqueles regidos pelo Edital nº 001/2013 – CFO 2014/PMES, pelo Edital nº 001/2013 – CFSD/2014 e pelo Edital nº 001/2014 – PMES/Oficiais da área de saúde”

Dessa forma, aplica-se, na espécie, *mutatis mutandis*, o disposto na Decisão Normativa n. 1, de 05/06/2019, pois implementada a hipótese legal para a transferência para a reserva remunerada na data de sua publicação, bem como na Súmula n. 004 deste egrégio sodalício, no sentido de que a ausência do registro do ato de admissão realizada antes do advento da Resolução TC n. 186/2003 não induz à anulação do respectivo ato e não impede a concessão de benefício de inatividade, haja vista a preservação dos princípios da razoabilidade e segurança jurídica.

Quanto ao regime previdenciário dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo, salienta-se que a Lei Complementar n. 943, de 13 de março de 2020, com fundamento nos arts. 42, §§ 1º e 2º, e 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal, mediante alterações introduzidas à Lei n. 3.196/1978 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Espírito Santo), instituiu o denominado “Sistema de Proteção Social dos Militares”, o qual foi definido pelo art. 49-A como “o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência”, conferindo ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM a gestão dos benefícios de inatividade e de pensões instituídas aos respectivos dependentes, ao qual compete a análise, o processamento, a concessão, a publicação e o pagamento (art. 14).

Esclareça-se, entretanto, que os benefícios previdenciários se regem pelo princípio do *tempus regit actum*.

À época da edição do ato, dispunha o art. 87 da Lei n. 3.196/1978 que “A passagem do Policial Militar à situação de inatividade, mediante transferência para a Reserva Remunerada, se verificará *ex officio* ao completar 30 (trinta) anos de serviço”.

Neste caso, a incidência da hipótese legal enseja a obrigatoriedade da Administração em proceder à transferência *ex officio* do militar para a reserva remunerada, em obediência ao princípio da legalidade (art. 37, CF).

No caso concreto, o militar cumpriu o tempo de serviço adicional, a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 17 da Lei Complementar n. 420/2007, computando tempo de serviço de 31 anos, 4 meses e 3 dias na data de 16/06/2017 (fls. 69/70, evento 3).

Outrossim, determinam os arts. 16 e 17, § 7º, da Lei Complementar n. 420/2007 que os policiais militares que fizerem a opção pela modalidade de remuneração por subsídio serão enquadrados “na referência da tabela de subsídio, observando o tempo de serviço prestado, na condição de militar do Estado do Espírito Santo, mantendo-se o posto ou graduação em que se encontra na data de opção, na forma do Anexo IV”, implicando em renúncia ao modelo de remuneração por soldos e suas vantagens, auxílios e outras espécies remuneratórias.

Os proventos, no valor de R\$ 11.207,96, foram calculados em conformidade com o subsídio do posto de Capitão PM, na referência 10.15 da tabela de subsídio, e com a última remuneração do militar (fls. 68 e 76, evento 3).

Nada obstante, conforme demonstrado a seguir, a fundamentação do ato concessório editado pelo órgão previdenciário é insuficiente, o que não constitui óbice à autorização de registro por parte deste egrégio Tribunal de Contas, uma vez comprovada a legalidade do benefício na forma concedida, fazendo-se possível a retificação *a posteriori*.

#### **1.1 – Da insuficiente fundamentação do ato concessório**

Dispõe o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC n. 31/2014 que a autoridade administrativa deverá encaminhar a este egrégio Tribunal de Contas para a

apreciação de sua legalidade, mediante protocolo eletrônico, o ato original de concessão da aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva remunerada, devidamente numerado, datado e assinado pela autoridade competente, constando, ainda, nome do interessado; cargo, graduação ou posto ocupado (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência); dispositivo legal da aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada; amparo legal da fixação de proventos e data de vigência do respectivo ato.

A portaria elaborada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo não menciona a integralidade dos dispositivos legais que regulamentam a forma de fixação e a revisão do benefício concedido.

Dispõem os arts. 56 e 87 da Lei n. 3.196/1978 que a passagem para inatividade do policial militar, por meio de transferência para Reserva Remunerada àquele que completar 30 (trinta) anos de serviço, os quais serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda se modificarem os vencimentos dos policiais militares em serviço ativo.

O ato deverá conter todos os dispositivos constitucionais e legais que fundamentam a concessão do benefício e a forma de fixação e revisão dos proventos.

Além de exigência regimental, a precisa indicação destes dispositivos é imprescindível para o controle do ato e dos prospectivos efeitos em razão princípio *tempus regit actum* na seara previdenciária.

Logo, devem constar da fundamentação do ato os arts. 56 e 87 da Lei n. 3.196/1978.

## **1.2 – Da insuficiente fundamentação dos proventos**

Conforme salientado acima, os proventos foram fixados no valor correspondente ao subsídio da graduação de Capitão PM, na referência 10.15, conforme planilha de fixação de proventos (fl. 77, evento 3) e tabela vigente para o exercício de 2015 (SIARHES - "Relação das Tabelas de Vencimento" - vigente a partir de 01/06/2015, fl. 76, evento 3).

Embora o subsídio indicado na planilha de fixação de proventos corresponda ao último contracheque (fl. 68, evento 3), ele não coincide com aquele fixado no Anexo III da LC n. 747/2013 (<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Docu,ments/legislacao/html/LEC7472013.html>), que carrega a tabela de subsídios da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e que alterou o Anexo III da LC n. 420/2007.

Vale mencionar que mesmo no espelho do SIARHES anexado nos autos não há menção a qualquer dispositivo legal que corrobore o valor do subsídio percebido pelo militar. Há tão somente uma referência ao subsídio sem, repita-se, indicar a sua fundamentação legal e nem mesmo a qual posto ou graduação se aplica.

Mas, ainda que assim não fosse, a comprovação do valor do subsídio, ou de sua alteração, se dá através de disposição legal e não pelo espelho do SIARHES, ou seja, ainda que o valor mencionado neste espelho seja o mesmo do contracheque, não há correspondência com o valor previsto na legislação já indicada e que trata do subsídio dos militares do Estado do Espírito Santo.

Portanto, o valor indicado na planilha de proventos e no espelho SIARHES, não está de acordo com a legislação pertinente.

A exigência regimental de seja indicada na planilha de fixação a fundamentação legal de todas as rubricas dos proventos, inclusive do vencimento/subsídio, decorre do art. 37, inciso X, da Constituição Federal

que dispõe que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Assim, deve ser informada na planilha/demonstrativo de fixação de proventos a lei que fixou o vencimento/subsídio do servidor, bem como todas as leis posteriores que tenham modificado o seu valor.

## **2 – CONCLUSÃO**

Posto isso, oficia o **Ministério Público de Contas**:

**2.1** – com fulcro no art. 71, inciso III, da CF c/c art. 117, inciso I, da LC n. 621/2012, que seja concedida autorização para registro do ato;

**2.2** –nos termos do art. 1º, inciso XXXVI, da LC n. 621/2012, sejam expedidas as seguintes recomendações ao Instituto de Previdência:

a) que retifique o ato para fazer constar todos os dispositivos legais que fundamentam a concessão e a forma de fixação e revisão dos respectivos proventos, consoante exposto nesta manifestação;

b) que na instrução dos futuros protocolos eletrônicos relativos a atos de transferência para a reserva remunerada, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014, notadamente quanto à necessidade de efetuar a indicação na planilha de fixação dos proventos do suporte legal (mediante a indicação especificada dos dispositivos pertinentes) de cada rubrica da remuneração do servidor, especificando-se os respectivos dispositivos legais, inclusive do “subsídio/vencimento”, devendo-se relacionar o histórico de alterações legislativas do respectivo valor.

[...]

**É o relatório.**

Analisados os autos, entendo por acompanhar o posicionamento técnico, com a inclusão das recomendações propostas pelo Ministério Público de Contas, não sendo necessário o retorno dos autos a este Tribunal após atendimento das recomendações.

Assim sendo, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Em 15 de julho de 2022.

**MÁRCIA JACCOUD FREITAS**  
Conselheira Substituta

#### **1. DECISÃO TC- 2662/2022-3**

**VISTOS**, relatados e discutidos, estes autos **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos na sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, em:

**1.1. REGISTRAR a PORTARIA N.º 155/2019**, que concede a transferência “ex-officio” para reserva remunerada ao Sr. **CARLOS ROGERIO NASCIMENTO GONCALVES**, a contar de **16/06/2017**, com proventos fixados em **R\$ 11.207,96**;

**1.2. RECOMENDAR ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: a)** que retifique o ato para fazer constar todos os dispositivos legais que fundamentam a concessão e a forma de fixação e revisão dos respectivos proventos, consoante exposto nesta manifestação; **b)** que na instrução dos futuros protocolos eletrônicos relativos a atos de transferência para a



reserva remunerada, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014, notadamente quanto à necessidade de efetuar a indicação na planilha de fixação dos proventos do suporte legal (mediante a indicação especificada dos dispositivos pertinentes) de cada rubrica da remuneração do servidor, especificando-se os respectivos dispositivos legais, inclusive do “subsídio/vencimento”, devendo-se relacionar o histórico de alterações legislativas do respectivo valor;

**1.3. DETERMINAR** ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** que instrua o processo do interessado com cópia da respectiva decisão de registro; e,

**1.4. ARQUIVAR** os autos, após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 19/08/2022–33ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheira Substituta: Márcia Jaccoud Freitas (em substituição/ relatora).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Heron Carlos Gomes de Oliveira.

**CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO**

Presidente